



COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (CoInfo): NUANCES TRAZIDAS PELO PARADIGMA PÓS- CUSTODIAL AO PROFISSIONAL ARQUIVISTA NA ATUALIDADE

Josemar Elias da Silva Junior

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor da Escola Técnica Estadual de João Pessoa, Brasil.
E-mail: josemar.elias90@gmail.com

Emeide Nóbrega Duarte

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
Professora da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
E-mail: emeide@hotmail.com

Resumo

Aborda questões teóricas que circundam a temática competência em informação voltada ao profissional Arquivista. Objetiva compreender os efeitos trazidos pelo impacto do paradigma pós-custodial no campo de atuação do Arquivista e em suas práticas profissionais. Nessa direção, usa da revisão bibliográfica para o alcance desse objetivo e apresenta a transição paradigmática por qual passou a Arquivologia como impulsionadora para o desenvolvimento da competência em informação no profissional, bem como nos usuários de arquivo. Nesse contexto, entende que as ferramentas tecnológicas de comunicação alteraram consideravelmente o meio social e as formas como os indivíduos buscam, acessam e disseminam a informação. Compreende que nesta era de inovações o profissional de arquivo ou profissional da informação deve estar atento aos avanços do século XXI para desenvolver suas atividades e auxiliar seus usuários nos processos de busca, acesso e uso da informação, assim como para identificar de forma assertiva a real necessidade informacional do mesmo. Conclui que o arquivista deve buscar mecanismos e metodologias que conduzam o usuário da melhor forma na busca e uso da informação, assim como que a temática deve ganhar maior visibilidade no escopo da Arquivologia, como forma de auxiliar e dar mais respaldo aos estudiosos da área no desenvolvimento de novos estudos.

Palavras-chave: Competência em informação. Arquivologia. Paradigma pós-custodial. Tecnologia.

INFORMATION LITERACY:

NUANCES BROUGHT BY THE POST-CUSTODIAL PARADIGM TO THE CURRENT PROFESSIONAL ARCHIVIST

Abstract

It addresses theoretical questions that surround the thematic information literacy directed to the professional Archivist. It aims to understand the effects brought by the impact of the post-custodial paradigm on the field of action of the Archivist and on his professional practices. In this direction, uses the bibliographic review to achieve this objective and presents the paradigmatic transition through which Archival Science has become a driving force for the development of information literacy in the professional, as well as in the archival users. In this context, it is understood that the technological tools of communication have considerably altered the social environment and the ways in which individuals seek, access and disseminate information. It understands that in this era of innovations, the archival professional or information professional must be aware of the advances of the 21st century to develop their activities and assist their users in the processes of search, access and use of information, as well as

to assertively identify the real informational need. It concludes that the archivist must seek mechanisms and methodologies that lead the user in the best way in the search and use of information, as well as that the subject should gain greater visibility in the scope of the Archival Science as a way to help and give more support to the scholars of the area in the area development of new studies.

Keywords: Information literacy. Archival Science. Post-custodial paradigm. Technology.

1 INTRODUÇÃO

A informação vem se tornando nos últimos anos um dos maiores fenômenos sociais, quiçá o maior. Isso se deve a inúmeros efeitos provocados pela mesma no meio social: contribui para o desenvolvimento humano, auxilia nos diversos tipos de estudo, é instrumento de prova e, quando do seu processo de representação da ação humana, atua como verdadeira ponte para o que se deseja transmitir.

Nesta perspectiva, Silva *et al.* (2002) atribuem um viés para a informação – humana e social - como uma relação pré-ordenada de representações (signos, símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e viáveis de registro em quaisquer tipos de suportes (papel, filme, disco magnético, etc.) e/ou transmitidas em períodos e espaços distintos. É de considerar que a informação se configura como um verdadeiro instrumento de empoderamento dos sujeitos em vários campos de atuação, justamente pelo seu papel de gerar conhecimento e promover a troca de saberes entre eles. Neste viés, Freire e Freire (2010, p. 12) nos apontam que “(...) a informação sempre foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade humana, propiciando o seu crescimento e, conseqüentemente, trazendo progresso para a população.”

O importante salto da informação (sua configuração como fenômeno), ganhou destaque quando da metade do século XX, em virtude da expansão dos mercados financeiros aliada à sequência da revolução das tecnologias da informação e comunicação, processo este advindo com a globalização que suscitou a revolução informacional. O impacto das tecnologias da informação e comunicação modificou completamente a dinâmica da vida social, principalmente no que tange aos processos informacionais de: busca, acesso, recuperação e disseminação da informação.

É salutar mencionarmos que tais transformações – por meio de inúmeros paradigmas e teorias advindas com o avanço - restaram por estruturar uma Ciência, “A Ciência da Informação”, que funciona como integradora para outros campos científicos que tratam a informação como objeto: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, a qual Smit (1993; 2012) considerou como Ciência das “Três Marias”. Importante salientar que se trata de uma ciência ainda em ascensão, bem como, sua abrangência não se limita a essas três disciplinas (consideradas as três principais), uma vez que a referida área é dotada de interdisciplinaridade e pode abranger muitas outras áreas científicas, tais como a Sociologia, História, Comunicação, conforme ressalva Saracevic (1996).

Esse período marcado pelos avanços tecnológicos e pela disseminação informacional exacerbada é conhecido como “Paradigma pós-custodial” (SILVA *et al.*, 2002) que diferentemente do custodial, a informação não mais é restrita às autoridades governamentais, o acesso e uso é posto como primordial, e, o usuário é tido como elemento especial e parte integradora do contexto informacional – considerado um sistema de informação.

Frisamos que tal processo trouxe inúmeros avanços para a ambiência das profissões que lidam com informação como objeto – como é o caso dos Arquivistas - principalmente no tocante às técnicas de preservação e recuperação de informação, graças a forte utilização do computador como auxiliador, e frente a isso se extrai alguns desafios a serem vencidos,

principalmente no tocante ao usuário de ambientes arquivísticos, vez que, cada dia mais estão produzindo e reproduzindo informação, como também, dos próprios profissionais que devem com vistas a acompanhar eficazmente o alto fluxo informacional, reinventar suas técnicas e buscar soluções mais rápidas e eficientes.

Frente a isto, depreende-se que no tocante ao trato dado à informação em arquivos, este deve vir arraigado de predisposições e facetas que viabilizem da melhor forma possível o acesso e o uso por parte de seus usuários. Busca-se propiciar um uso consciente. Mas não somente, o arquivista deve munir-se de técnicas, teoria e conhecimento do seu ambiente de trabalho para que assim possa melhor orientar e conduzir o seu usuário na busca e coleta da informação, capacitando-o para tal.

Sendo assim, adentra-se na perspectiva da competência em informação (CoInfo), termo advindo do inglês *information literacy* que de acordo com Campello (2003) surgiu inicialmente na década de 1970 nos EUA pela classe bibliotecária, e posteriormente nos anos 2000 foi difundido no Brasil, agora abrangendo os profissionais da informação em sua totalidade.

A escolha pela temática surge em face ao interesse de compreender e identificar o perfil do Arquivista em um cenário de constantes atualizações, principalmente no quesito digital, que impactam, consideravelmente, nas formas de busca, apropriação e disseminação de informações pelos sujeitos, o que resta por gerar um sentimento de autossuficiência neste quesito. E com isso, os fazem pensar equivocadamente que suas necessidades de informação estão sendo sanadas de forma coerente e eficiente.

Sendo assim, urgiu questionar: Como a questão da competência em informação vem sendo absorvida pelo Arquivista, frente aos avanços tecnológicos que restaram em uma transição paradigmática tanto para a Arquivologia como para o contexto social?

Para responder ao questionamento, elaboramos um percurso metodológico utilizando a revisão da literatura bibliográfica, pautada numa pesquisa por meio das seguintes palavras-chave: Paradigma, paradigma pós-custodial, arquivologia e competência em informação/informacional, para se chegar ao seguinte objetivo geral: Compreender os efeitos trazidos pelo impacto do paradigma pós-custodial no campo de atuação do Arquivista e em suas práticas profissionais.

Neste contexto, far-se-á necessário cumprir alguns objetivos específicos para que com isso se canalize ao objetivo geral, sejam estes: a) relatar de forma sucinta o trajeto histórico percorrido pela arquivologia até se tornar ciência; b) estabelecer o comparativo entre os paradigmas custodial e pós-custodial; c) identificar como a informação se torna fenômeno social e como isso reflete nos profissionais que trabalham com a mesma; d) levantar os principais apontamentos teóricos sobre o tema competência em informação acerca de como ela pode potencializar as práticas e atividades em arquivos.

Dessa forma, para estruturar a sequência lógica da nossa narrativa, após essa introdução apresentamos considerações gerais sobre a evolução das ciências partindo dos pressupostos de Kuhn (1998), para assim, no próximo tópico, apresentarmos os desdobramentos teóricos a respeito do progresso científico da Arquivologia pontuando sua constituição enquanto disciplina e posteriormente como campo científico autônomo. Em seguida, tratamos de abordar a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação para trazer, por conseguinte, aspectos teóricos e metodológicos da CoInfo relacionando ao contexto das práticas arquivísticas. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais e referências utilizadas.

2 TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA COMO (RE)CONSTRUÇÃO E PROGRESSO DE UMA ÁREA CIENTÍFICA

Antes de iniciar as considerações a respeito dos paradigmas que a Arquivologia perpassou, cumpre destacar o conceito do que de fato seria um paradigma.

Kuhn (1998) aborda de forma prática o referido conceito do termo em seu livro - A estrutura das revoluções científicas, onde pontua um paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p.13), ou seja, trata-se daquela conjuntura científica, munida de teorias, práticas e técnicas, da qual uma certa comunidade de estudiosos e pesquisadores irão tomar por base para a construção e iniciação de seus estudos em um mesmo direcionamento.

O autor ora mencionado relata que um paradigma só ganha validade (substitui outro) quando o vigente passa a ter seus métodos e fundamentos questionados pela comunidade científica em virtude de uma anomalia (evento para o qual o pesquisador não estava preparado para lidar dentro da ambiência e com o arcabouço instrumental do paradigma vigente) encontrada no transcurso de sua pesquisa, que caso não consigam solucioná-la, novos estudos e teorias externos são atrelados e provocam uma revolução (ciência extraordinária) que irá indicar a transição paradigmática.

Sendo assim, inferimos que os paradigmas são fundamentais para o avanço científico de uma área, uma vez do seu aspecto norteador das teorias e práticas científicas. Por outro lado, subtende-se que nenhum paradigma científico possui verdade absoluta, pois todo ele pode ser confrontado, até que um novo com maior poder de desmistificação e resolução de problemas, bem como, maior aceitabilidade por parte da comunidade científica tome a sua posição e o anterior caia no campo da obsolescência.

Nesta direção tal aspecto é refletido na área da Arquivologia no tocante às suas práticas profissionais, pois, a mesma sai de uma conjuntura de salvaguarda vedada de documentos e passa para um contexto de disseminação público de informação, respectivamente as fases: custodial e pós-custodial discutidas na seção seguinte.

2.1 Paradigma custodial e pós-custodial: diferenças e implicações no percurso da arquivologia

Ressaltamos que a Arquivologia é uma área emergente e segundo Soares, Pinto e Silva (2015, p. 23) “a prática empírica nos arquivos é de origem milenar, quando esses surgiram necessitando serem organizados”. Os arquivos vieram a ganhar espaço após a revolução francesa (1789-1799) em face ao acúmulo de documentos do Estado-nação e com isso se viu a necessidade de se investir nestes espaços como mecanismos de custódia, preservação e acesso público. Ainda neste entendimento, Soares, Pinto e Silva (2015, p. 23) pontuam:

[...] Arquivística é objetivamente recente, deriva da institucionalização e da necessidade de profissionalização do pessoal alocado a esses serviços e quando surge aglutinando a formação ministrada a essa “massa funcional” assume um viés claramente positivista.

A arquivologia vivenciou três fases essenciais ao seu desenvolvimento, sejam elas: sincrética/custodial, técnica/custodial e científica/pós-custodial, sendo as duas primeiras configuradas no “paradigma custodial” e a última no “paradigma pós-custodial” (SOARES; PINTO; SILVA, 2015; RIBEIRO, 2011).

A fase sincrética/custodial influenciada pelo modelo positivista que circulava a época é marcada por um período em que a arquivologia era tida como uma disciplina auxiliar da História, possuindo ligação com a Paleografia e a Diplomática, onde o arquivo era tratado como uma instituição direcionada a um objetivo específico: a custódia de arquivos históricos. Também irradiada pelo positivismo, a fase técnica/custodial é marcada pelo crescente desenvolvimento técnico, tanto de uma crescente independência por parte das técnicas historiográficas, como também pela construção de um corpo teórico próprio para a arquivística, com vistas ao desenvolvimento de procedimentos objetivando a preservação, descrição, arranjo e gerenciamento da informação, haja vista o período custodial ter se firmado logo após a Revolução Francesa (SILVA, 2006).

Outro ponto a se destacar neste período são as formalizações das práticas arquivísticas por meio da criação de manuais de arranjo e descrição, como foi o caso do Manual dos Arquivistas Holandeses, idealizado por Samuel Muller, Johan A. Feith e Robert Fruin em 1898. Nesta perspectiva, cumpre frisarmos que:

A publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica. Estas obras articulam a teoria e práticas em torno de uma abordagem única e permitem a transmissão do estado dos conhecimentos bem como o estabelecimento de uma tradição. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.53).

A partir dos anos 80 é iniciada a fase científica/pós-custodial, a qual possui como marco de seus efeitos a aproximação do campo da Arquivologia ao campo da Ciência da Informação estabelecendo com isso, uma conexão de princípios e fundamentos, adquirindo assim um status científico. Outrossim, o impacto tecnológico é deveras forte neste período, o que refletiu especialmente na forma de pensar as práticas arquivísticas, a começar pelo seu objeto de estudo que não mais é direcionado unicamente ao documento físico, mas também, à informação. Embora ainda exista certa resistência no tocante a isto, principalmente pela comunidade que emerge na área com um viés unicamente técnico.

Notamos, neste período, uma valorização da informação como fenômeno humano e social, além disso, os arquivos passam a ser considerados não mais apenas como ambientes de salvaguarda e custódia, mas sim, sistemas de informação onde o usuário é integrante e parte especial deste contexto, pois, a ele será conferido acesso e uso como forma de se legitimar a custódia de um documento. (RIBEIRO, 2011).

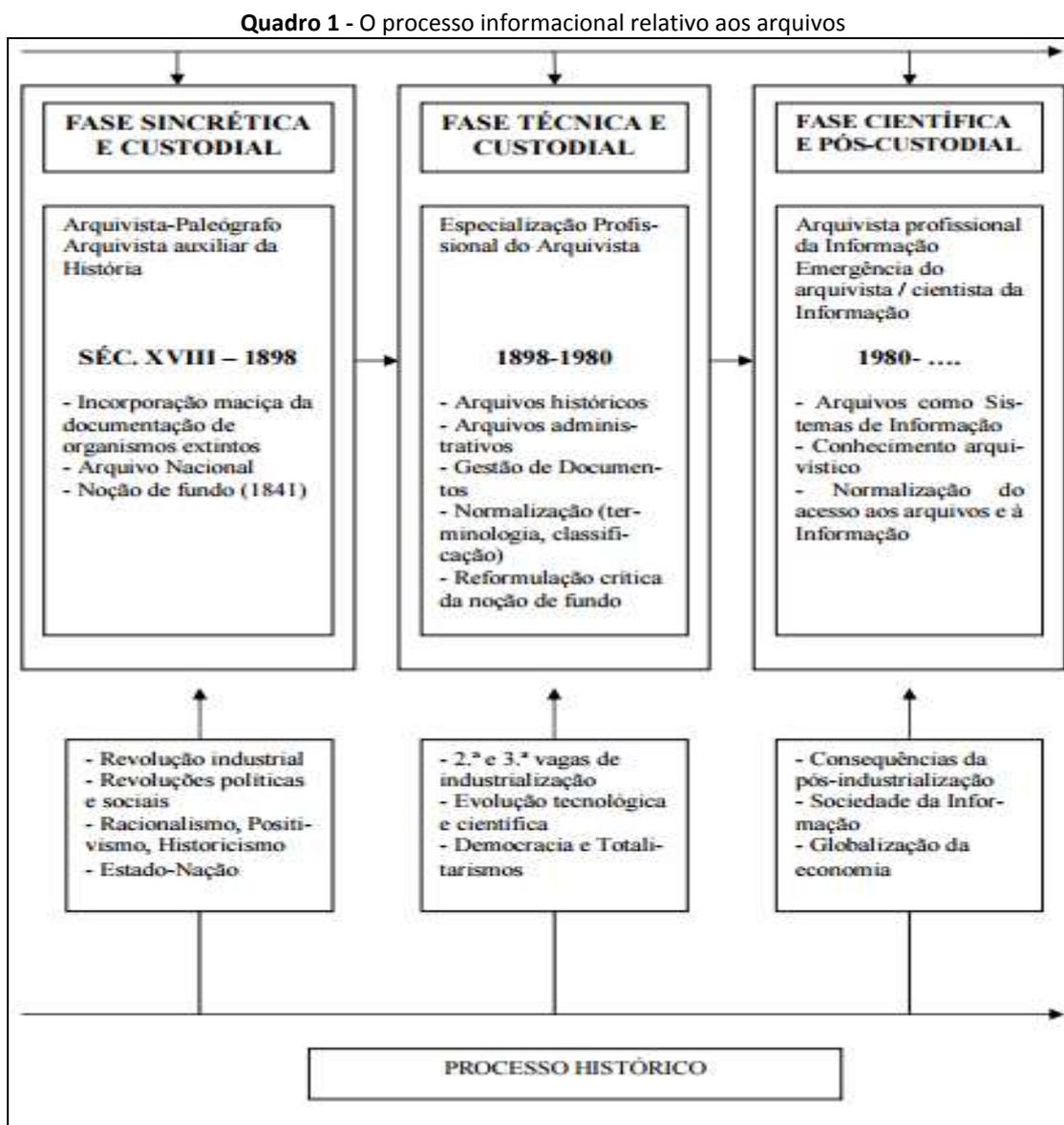
Para Silva *et al.* (1999, p. 214) no que tange um arquivo como sistema de informação afirmam que:

Arquivo é um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores.

Nesta direção, podemos compreender o arquivo como o resultado das atividades de uma organização, pessoa ou família dentro do espaço e tempo que se materializa e reflete nos documentos por eles produzidos. Estes últimos, por conseguinte, preservam a memória dos acontecimentos e ações responsáveis pela sua constituição.

Quanto ao período pós-custodial, Brito (2005, p. 37) o classifica como “[...] a denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI” e como forma de ilustração e visualização desta

transição observa-se no quadro a seguir, o percurso histórico dos paradigmas de forma sintética e dinâmica, a partir de Ribeiro (2011), conforme Quadro1.



Fonte: Ribeiro (2011)

Em análise ao Quadro 1 percebemos que em um primeiro momento (Fase sincrética) tínhamos profissionais de arquivo de teor mais auxiliar cuja observância se dava em atenção aos cuidados de se acumular documentos, organizá-los e preservá-los, todavia sem qualquer abertura para acesso público. Em segundo (Fase técnica ou custodial), temos a especialização das práticas arquivísticas levando assim à consolidação como área do conhecimento e não mais auxiliar de outra área ou disciplina. As atividades caminham para uma normalização conferindo assim mais autonomia ao profissional no trato com o documento e a informação, e já se começa a pensar na democratização e sociabilidade deste ambiente.

Frisa-se que essa vinculação do arquivista e seu ensino unicamente voltados à História foi recusada por Duchemin (1993, p. 28-29), pois de acordo com o autor:

Uma formação puramente histórica já não é, certamente, suficiente para exercer a profissão de arquivista, sobretudo se si dispõe a gerenciar arquivos modernos. Por outro lado, um arquivista não pode deixar de ter uma boa base histórica concernente, no mínimo, à instituição ou às instituições nas quais vai classificar os arquivos. [...] A formação profissional ideal do arquivista deve então unir, e não contrapor, os dois aspectos – “histórico” e “modernista”.

Em um terceiro momento (Fase Científica ou pós-custodial) temos o arquivista como profissional da informação com papel e práticas institucionalizados, acentuando sua real necessidade na ambiência de arquivos e organizações. Visualiza-se também que o acesso agora é regra para se justificar a custódia de documentos, bem como cumprir com uma função social, por ser agora, o arquivo, compreendido como um sistema de informação.

2.2 Arquivologia pós-custodial e sociedade da informação

Como já mencionado na seção anterior, foram muitas as evoluções advindas com o paradigma pós-custodial. Isso se deve em parte a globalização que trouxe consigo o fenômeno da Revolução informacional. Passamos a ter uma vasta categoria de suportes informacionais, tipologias documentais, incremento tecnológico e concomitante a isto, a informação é enquadrada como fenômeno social.

Neste sentido, Brennand (2011, p. 136) pontua que “A relevância da informação para o desenvolvimento social está exatamente no seu potencial de minimizar desigualdades, articuladas principalmente aos processos de fortalecimento da cidadania.”, e vem sendo produzida e disseminada a um ritmo muito acelerado e muitas vezes de forma deliberada. Frente a esta perspectiva de avanços, a sociedade se encontra cada vez mais envolvida com os encantos da era digital (facilidades/viabilidades), a exemplo, o uso do computador refletiu nas formas de comunicação, produção de informação, armazenamento e principalmente de recuperação da informação. Em face a esta característica, alguns autores a classificam como “sociedade da informação” (WERTHEIN, 2000) ou “sociedade informacional” (BRENNAND, 2011), todavia o termo mais comumente utilizado é “Sociedade da informação”.

Werthein (2000, p. 71) aponta o status dominante que os avanços tecnológicos possuem em sociedades de países industrializados e como se irradiam para outros de contextos sociais diferentes:

As transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.

As mudanças são tão notáveis e impactantes, que no próprio conceito de arquivo proposto pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, já conseguimos observar a preocupação em abarcar dentro do escopo do conceito os elementos essenciais do trato arquivístico - documento, data, informação e suporte -, diferentemente da fase custodial que não se atentava para tais detalhes, apenas com o acúmulo e guarda muitas vezes de forma desordenada.

Arquivo: Conjunto orgânico de documentos, independente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica,

singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, Lisboa, 1993, p. 7).

E em face de tais conexões e facilidades advindas com a evolução das tecnologias da informação e comunicação, temos agora uma sociedade conhecida como “Sociedade da Informação”, caracterizada pelo uso recorrente de tais ferramentas, que conforme Suaiden e Oliveira *apud* Santos (2006, p. 98, grifo do autor):

A revolução tecnológica e a Sociedade da informação criaram um cenário cultural, social e econômico absolutamente distinto para o século XXI. Democratizaram o acesso à informação, mas exigiram **autonomia intelectual e aparato tecnológico para acessar, compreender e transformar a informação em conhecimento.**

Posto isto, se deduz que o profissional da informação, especialmente o Arquivista, dentro desta conjuntura de mudanças, deve estar atento a tais modificações, sempre observando as evoluções tanto na seara arquivística como no que tange ao usuário de arquivo, pois, a universalização da informação por si só, não garante o acesso e utilização efetivos da mesma. Sendo assim, visualiza-se emergência dos estudos de “competência em informação” aplicados aos profissionais da área, bem como aos usuários de unidades de informação, no sentido de fortalecimento e revisão de tal atributo.

3 A ARQUIVOLOGIA NO ESCOPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIENTIFICIDADE

À medida que o paradigma pós-custodial revolucionou a ambiência arquivística, ele trouxe consigo marcos importantes para a disciplina, neste caso, a sua aproximação ao campo de abrangência da Ciência da Informação, em uma evolução natural também de suas outras disciplinas antecessoras – Biblioteconomia, Documentação e Museologia, isso tudo ocorrendo em uma perspectiva transdisciplinar sem cortes radicais (RIBEIRO, 2011). Pontua-se que neste contexto, a Ciência da Informação surge impossibilitada de se configurar como uma área única no gerenciamento informacional, e para tanto se institui como uma larga área composta por outras áreas, dotada assim de interdisciplinaridade.

Mesmo antes da transição paradigmática, já se apresentam indícios de afirmação do caráter científico da Arquivologia, como a publicação de manuais, no intuito de se formalizar as práticas de arquivo, onde Soares, Pinto e Silva (2015, p. 24) corroboram que “é um impulso para uma afirmação de cientificidade e uma certa (mais aparente que real) desvinculação das áreas mencionadas”, tendo como o exemplo de conhecimento amplo, o Manual dos Arquivistas Holandeses.

Um fato importante para esta conexão (no contexto da Arquivologia) é a questão do objeto de estudo, pois, assim como a Ciência da Informação, a Arquivologia, em virtude da transição paradigmática, também, assume para si a informação orgânica como objeto, e, por conseguinte, todas as atividades a ela associadas, principalmente as de gerenciamento, acesso, uso e recuperação.

Todavia, ainda existem estudiosos da área contrários à ideia de cientificidade por parte da Arquivística, como por exemplo Tognoli (2010) que alega ter a Arquivologia natureza de disciplina científica e não de Ciência propriamente dita, pois considera que a constituição de uma disciplina ocorre pela enunciação de princípios, criação e formalização de manuais e ensinamento em escolas especializadas. Tanodi (2009) acredita que a Arquivologia é uma

disciplina relativamente jovem e moderna, que ainda se encontra em situação de corroboração de seus conceitos, suas metodologias e seus fins, na qual seus fundamentos teóricos e metodológicos ainda possuem pouca existência.

Os arquivos não são mais vistos unicamente como instituições de custódia, mas sim sistemas de informação social, onde seu acesso e uso são viabilizados. Nesta direção, o estudo de usuário é fundamental para se ter um fluxo informacional eficaz. Santa Anna *apud* Tognoli (2012, p. 116) frisa a questão de utilização do termo informação que agora assume um caráter orgânico “[...] definir objetos, dados ou documentos cuja intenção é informar sobre alguma coisa. Portanto, essa informação deve ser tangível e passível de organização, para que possa ser acessada e relacionada à [Ciência da Informação]”.

Desta feita, observa-se a relação interdisciplinar com a Ciência da Informação, e concordamos com Silva (1999, p. 213) ao afirmar que “A Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer”. Diante disto, observa-se a Arquivologia como uma ciência que deve estar atenta à revisão de seus princípios e práticas para melhor cumprimento de sua função social, que é a de estudo dos arquivos e disseminação das informações presentes nos documentos de seus acervos.

Neste diapasão entre o fazer e o conhecer aludimos às questões que permeiam o usuário no que tange seu acesso aos arquivos, em especial, quando da busca eficaz por informação. Este processo requer análises e estudos para identificar a necessidade informacional específica do usuário, e assim sendo, promover uma busca à informação apropriada e assertiva. Nos dias atuais tal processo é conhecido como estudo de usuários da informação que irá promover o desenvolvimento das chamadas competências em informação.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM ATRIBUTO NECESSÁRIO AO ARQUIVISTA DO SÉCULO XXI

Não é mais novidade que a informação é um artefato indispensável ao indivíduo humano, isso tanto no campo pessoal como no profissional, principalmente para a geração de conhecimento, Brennan (2011, p.136) pontua que “A produção do conhecimento está passando da forma isolada, para uma rede cooperativa, criando situações desafiadoras e complexas para cientistas em todas as áreas do conhecimento” e devido à explosão informacional em face ao paradigma pós-custodial acarretaram-se muitas mudanças complexas na forma como a sociedade, de um modo geral, faz uso da informação, e, em face disto as práticas profissionais necessitaram ser revisitadas.

Nesta concepção, deve o profissional da informação – e aqui se incluem os arquivistas - repensar e revisar seus métodos e técnicas, pois, de acordo com Muller (1995, p. 42):

Estamos vivendo, certamente, num mundo de profundas e céleres mudanças paradigmáticas nos campos científico, tecnológico, político e social. E neste mutável mundo de hoje, em que tudo acontece com uma rapidez incrível, só resta mesmo uma saída, tanto para as organizações como para os indivíduos – ousar/mudar.

Como mencionado, o impacto tecnológico foi crucial para se ter olhares voltados a esta situação, visto que, com este incremento dos dispositivos tecnológicos de comunicação geraram-se novos suportes de materialização da informação, tipologias documentais, além disso, a preocupação com a preservação digital, principalmente da informação produzida na web, além, disso ainda não possuímos uma emancipação digital plena em nossa sociedade. Dessa forma, os sujeitos encontram-se cada vez mais propensos a conflitos em meio a esse

turbilhão de informações e maneiras de informar, sendo assim, é importante deter uma postura ética e reflexiva pautada em um processo de aprendizagem inclusiva e contínua (SIMEÃO *et al.*, 2019).

Diante disso, infere-se que a origem da competência em informação (CoInfo) emana da configuração da então sociedade da informação, em virtude do “boom informacional” que permeia a mesma. Desta forma ver-se a necessidade urgente de buscar meios para se trabalhar eficazmente com essa avalanche de dispositivos e recursos informacionais. (COELHO, 2008).

As alterações verificadas no contexto social, como também a questão da velocidade como fator categórico da revolução informacional trouxeram à baila, a necessidade de um componente responsável pelo processo de aprendizagem no que se refere à informação, dando suporte e tornando mais dinâmico o trâmite de produção de conhecimento, o que restou por brotar a necessidade de proporcionar o desenvolvimento de competência nos indivíduos na ambiência informacional (VALENTIM; BITENCOURT; CERETTA-SORIA, 2014).

Registra-se que a competência em informação foi um termo surgido nas discussões de outras áreas do conhecimento, a exemplo da Biblioteconomia. De acordo com Silva (2008) e Belluzo (2018) Paul Zurkowsky foi quem cunhou a primeira nomenclatura do termo. Ele foi “bibliotecário americano e presidente da Information Industry Association, que usou, pela primeira vez, a expressão *information literate*, preocupado essencialmente com o uso da informação em contexto de trabalho e da resolução de problemas” (SILVA, 2008, p. 20).

O movimento da competência em informação se deu com mais afinco nos Estados Unidos, isso em face da atuação de Paul em 1974 onde ainda utilizava da expressão *Information Skill* que pregava a capacitação das pessoas para a resolução de problemas informacionais, sabendo arguir sobre qual fonte relevante utilizar, assim como a utilização dos mecanismos tecnológicos para tal processo. Logo, tal movimentação foi levada à Europa e outras regiões e ocupou o centro de discussão dos estudiosos a partir da década de 80 (MELO; ARAÚJO, 2007).

Na perspectiva brasileira, Sônia Elisa Caregnato é considerada uma grande precursora da área, pois, nos anos 2000 a mesma publicou estudos onde apresentava a tradução do termo como “alfabetização informacional”. Outros contribuintes foram os estudos publicados pela USP e pela UFMG que versavam sobre a temática (MELO; ARAÚJO, 2007; BELLUZO, 2018, 2007; SIMÕES *et al.*, 2019).

Além de Caregnato, Belluzo (2007), Hatschbach (2002), Campello (2003) e Dudziak (2001; 2003), também nessa época, contribuíram de modo crucial para a evolução do aporte teórico que se fazia necessário para progredir e destacar a temática em nosso país. Enfatizando sobre as pesquisas no Brasil, Correa, Lucas e Muller (2018, p. 503) apontam que:

Os estudos sobre o tema no Brasil datam dos primeiros anos do século XXI e ainda não estão devidamente contemplados enquanto disciplinas próprias e obrigatórias na maior parte das matrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil. Apesar de ser temática ainda recente no país, a Competência em Informação é hoje considerada um elemento indispensável ao aprendizado para a vida, abrangendo as diferentes áreas nas quais a sociedade pode valer-se do acesso e uso da informação para a construção do conhecimento.

Atualmente a temática da competência em informação transcendeu e corroborando com isso Dudziak (2010, p. 18) vem afirmar que tendo em vista “ser um assunto que permeia todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão, a Competência em Informação transbordou as fronteiras da

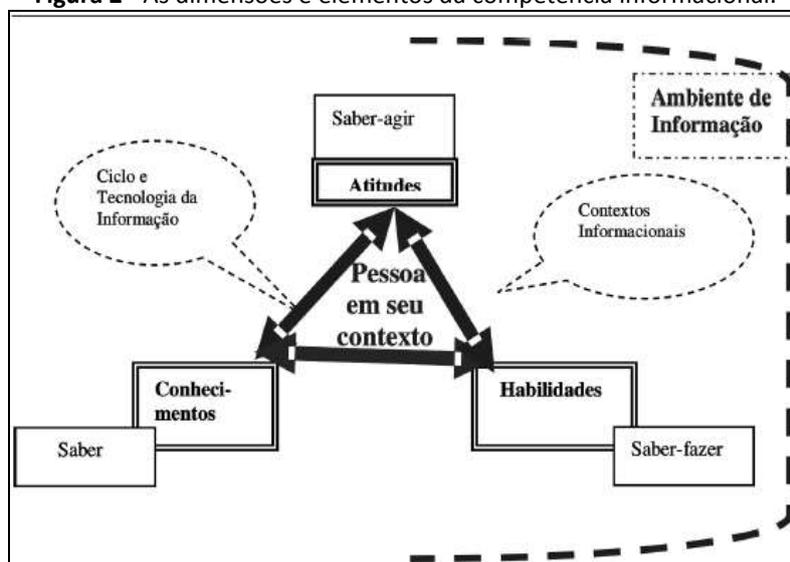
Biblioteconomia e transformou-se em um movimento mundial”, presente no cotidiano trabalhista e social dos sujeitos. Nesse contexto, os estudos sobre ColInfo passam não só a fazer parte do universo dos bibliotecários, mas sim dos demais profissionais que, inseridos em um ambiente institucional, devem desenvolver os atributos fundamentais para desempenhar as funções que lhes foram repassadas de acordo com o cargo que ocupa, pontuamos o arquivista nesse contexto. A ColInfo surge “refletida principalmente nas questões que envolvem a cidadania, a tecnologia, a educação e, mais recentemente, o universo organizacional, fatores que aproximam os indivíduos comuns à área de estudo restrita ao âmbito científico e acadêmico” (FURTADO; BELLUZO, 2018, p. 325).

Dudziak (2001, p. 143), tendo realizado um estudo conceitual e histórico acerca da competência em informação, a coloca como “[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”.

Lau (2007, p. 47) pontua o termo competência como sendo “um grupo de habilidades para identificar uma necessidade de informação, assim como de recuperar, avaliar, usar e reconstruir o conhecimento contido nas fontes de informação recuperadas”, e ainda direciona alguns sinônimos para este termo: “atitudes informacionais, capacidades informacionais, habilidades informacionais”.

Miranda (2006, p. 108) assinala que competência é “[...] o conjunto de recursos e capacidades colocado em ação nas situações práticas do trabalho: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitudes)”. Em outro de seus trabalhos, Miranda exemplifica tais quesitos que se relacionam com o indivíduo corroborando a definição do elo da competência com as atitudes, as habilidades e os conhecimentos adquiridos tanto cientificamente quanto no contexto social e empírico, como exibido na Figura 2:

Figura 2 - As dimensões e elementos da competência informacional.



Fonte: Miranda (2007)

Portanto, a ColInfo pode ser compreendida como um conjunto de atributos que o profissional deve permitir-se a desenvolver, evidenciar e até ser estimulado para fomentar essa tríade apresentada por Miranda. No caso do Arquivista, ao ter o domínio dessas características, ele realizará a organização dos documentos de modo eficiente para uma rápida

recuperação, possibilitando o acesso aos usuários do arquivo, já que todo profissional da informação é um mediador no processo de busca e uso que os usuários realizam.

Furtado e Belluzo (2018) ao realizarem um estudo acerca do papel do arquivista no contexto da sociedade contemporânea quanto as competências e habilidades inerentes ao fazer arquivístico, elas chamam atenção para o processo de gestão documental que constitui uma das principais atividades desse cargo e fornece subsídios para a instauração de uma gestão do conhecimento na instituição. Dessa forma, situam o Parecer nº 492/2001 do Conselho Nacional de Educação(CNE) / Câmara Superior de Educação(CSE) que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquivologia, e dentro disso, elencam competências e habilidades desse profissional categorizadas em geral e específicas.

Posto isso, as autoras recém mencionadas assinalam que é preciso estabelecer conexões com os estudos de gestão do conhecimento e Colnfo no intuito de prover a sociedade, através do processo de gestão, de informações rápidas, fidedignas e autênticas, especialmente para a criação do conhecimento organizacional, a memória e o exercício da cidadania e do pensamento crítico por parte dos sujeitos, mas claro, respeitando os padrões éticos e legislações vigentes para essa concessão.

Nesse sentido, pontuam a Colnfo como uma

[...] condição que permite ao indivíduo usufruir das informações e dos recursos tecnológicos para se desenvolver de forma autônoma, atender suas próprias necessidades e as necessidades do seu meio social. Dessa forma, além de oferecer benefícios ao indivíduo, a Colnfo incorpora benefícios à organização, por meio da capacitação das equipes há uma maior conscientização com relação ao ambiente de trabalho e principalmente na criação e disseminação de conhecimento com ética e legalidade” (FURTADO; BELLUZO, 2018, p. 327).

É oportuno destacar que um profissional com bom domínio informacional, é capaz de potencializar os fluxos processuais e alavancar positivamente os resultados de uma instituição, seja ela pública ou privada, uma vez que na atualidade a informação é tida como peça fundamental para os processos de tomada de decisão e fator que impulsiona a competitividade na ambiência empresarial, assumindo um viés estrategista.

No que concerne a Fidelis e Barbosa (2013, p. 8) em uma perspectiva acerca das dinâmicas ocorridas no âmbito de uma organização, os mesmos apontam que

Um profissional com elevado padrão de competência informacional sabe ainda relacionar a influência do seu desempenho com o desempenho organizacional. [...] o profissional consegue promover a melhoria de sua aprendizagem e se automotiva para utilizar a informação organizacional para melhorar o próprio desempenho.

Todavia, é preciso empenho por parte do profissional, e diante disto Valentim (2000, p. 26) elenca uma lista de atributos para os quais o profissional da informação deve estar habilitado:

Para isso, o profissional deve estar capacitado a: a) Entender como objeto de trabalho, a informação de maneira ampla; b) Trabalhar de forma globalizada e regionalizada, ou seja, pensar globalmente e agir localmente; c) Conhecer e utilizar as tecnologias de informação; d) Trazer para o cotidiano de trabalho as técnicas administrativas modernas como a administração por projetos; e) Criar e planejar produtos e serviços

informacionais visando o cliente; f) Planejar sistema de custos para cobrança dos serviços e produtos informacionais com valor agregado; g) Trabalhar de forma integrada, relacionando formatos eletrônicos e digitais à telecomunicação, possibilitando o acesso local e remoto; h) informação de forma a contemplar o cliente; i) Disponibilizar sistemas que possibilitem a avaliação contínua e sua melhoria; j) Estudar sistemas especialistas e inteligência artificial, de forma que estas ferramentas ajudem nos processos repetitivos da unidade de informação.

Sendo assim, o profissional deve estar preparado para possíveis alterações, buscando sempre se reciclar: revendo práticas e metodologias, pois, no que tange a competência em informação o mesmo deve estar em total sintonia com a realidade social, para que assim consiga compreender e abraçar eficazmente o espaço que ocupa e dar conta de mudanças e requisições cada vez maiores, e com isso consiga canalizar e promover da melhor maneira possível a informação para o usuário, assim como procurar sanar a sua necessidade informacional através do acompanhamento e suporte no processo de busca, acesso e recuperação da informação.

Além dos atributos citados anteriormente referentes às habilidades que o profissional da informação deve obter, outrossim o auxílio dos ambientes institucionais também é fundamental para ser estimulado o aprimoramento de tais quesitos. Nesta direção, Campello (2003) atesta sobre o documento intitulado *Information Power da American Library Association* que elencou e fornece algumas recomendações para o desenvolvimento da CoInfo:

a) competência para lidar com informação-relacionada ao acesso à informação de forma eficiente e efetiva, avalia a informação de forma crítica e competente e a usa com precisão e criatividade; b) informação para aprendizagem independente - vinculada à busca persistente da informação relacionada aos interesses pessoais, aprecia diversas formas criativas se exprimir da informação e se esforça para obter excelência na busca da informação para produção de conhecimento; e c) informação para responsabilidade social- relacionada a reconhecer a importância da informação para a sociedade democrática, tem comportamento ético no que concerne à informação e à tecnologia da informação, e participa efetivamente de grupos, a fim de buscar e gerar informação (ALA, 1998).

Dessa forma, para um indivíduo ser competente, torna-se fundamental a junção entre o conhecimento científico, as habilidades que o capacitam e também a vivência adquirida. Vale ressaltar que ao longo dos estudos em CoInfo, alguns perfis são mensurados para apontar os padrões que servirão para a avaliação da competência. Dentre os diversos modelos, Belluzzo (2007) resalta os padrões e indicadores gerais:

Quadro 2 - Padrões e indicadores de desempenho de competência em informação

<p>PADRÃO 01: A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador 1.1: Define e reconhece a necessidade de informação. ▪ Indicador 1.2: Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informações potenciais. ▪ Indicador 1.3: Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária.
<p>PADRÃO 02: A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador 2.1: Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária. ▪ Indicador 2.2: Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade. ▪ Indicador 2.3: Busca a informação via eletrônica ou com pessoas utilizando uma variedade de métodos. ▪ Indicador 2.4: Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário. ▪ Indicador 2.5: Extrai, registra e gerencia a informação e suas fontes.
<p>PADRÃO 03: A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador 3.1: Demonstra conhecimento da maior parte das idéias da informação obtida. ▪ Indicador 3.2: Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e as fontes. ▪ Indicador 3.3: Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições ou outra característica da informação.
<p>PADRÃO 04: A pessoa competente em informação usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo ou obter um resultado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador 4.1: É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto. ▪ Indicador 4.2: Comunica os resultados do projeto com efetividade.
<p>PADRÃO 05: A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador 5.1: Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e sócio-econômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia. ▪ Indicador 5.2: Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso das fontes de informação. ▪ Indicador 5.3: Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados.

Fonte: Belluzzo (2007)

Belluzzo (2007) baseou-se nos padrões internacionais existentes para evidenciar os aspectos que devem ser considerados ao avaliar a competência do profissional, não para depreciar suas habilidades e capacidade, mas sim, para, a partir de tais parâmetros indicadores, ajudá-lo a desenvolver e/ou potencializar os aspectos que ele pode não ter domínio. O resultado de uma avaliação dessas pode intensificar e aperfeiçoar os resultados das atividades que o profissional exerce, colaborando assim com as ações institucionais.

Atualmente, além dos estímulos aos atributos dos profissionais de uma determinada organização, existe uma preocupação de tornar os usuários externos cada vez mais competentes no processo de busca, acesso e uso. Com o uso das ferramentas digitais, aplicativos e sites ficam dispostos para que eles possam se tornar mais autônomos, isto reflete-se em uma das atividades da unidade de informação que é a de divulgar tudo o que pode atender/assistir o (ao) usuário e também educá-lo capacitando-o para que assim consiga chegar a informação que deseja.

Para Dudziak (2003, p.33) a mediação educacional “[...] ocorre quando o bibliotecário convence o aprendiz de sua própria competência, inculcando-lhe autoconfiança para continuar

o aprendizado, transformando-o em um aprendiz autônomo e independente.” No caso deste artigo, damos ênfase ao arquivista que assim como o bibliotecário, também assume o papel de mediador da informação.

Nesse contexto, a ColInfo também é considerada um processo de aprendizagem como apontam Ottonicar, Silva e Belluzzo (2018). Na prática da aplicação da Competência em informação, torna-se fundamental que sejam elaboradas várias estratégias didáticas e ambientes de aprendizagem (presencial, virtual ou misto) que possam desenvolver competências e habilidades necessárias à resolução de problemas institucionais.

Assim, estimular a competência dos profissionais e avaliar a partir de seus perfis e dos indicadores é um papel da própria instituição para com seus funcionários e usuários externos. Especialmente quando relacionamos ao Arquivista, este

Além de desenvolver suas próprias habilidades, o arquivista deve ser o mentor de ações que busquem o desenvolvimento da ColInfo nos sujeitos que compõem a organização, considerando que pessoas competentes em informação são aquelas que aprendem a aprender, que reconhecem quando uma informação é necessária e têm a habilidade para localizar, avaliar e usar, efetivamente a informação (FURTADO; BELLUZO, 2018, p. 332).

Se faz imperioso que o Arquivista seja o colaborador que esteja a frente ou mesmo seja o elemento central de programas de ColInfo a serem desenvolvidos na organização, especialmente paralelamente com a aplicabilidade de ações aplicadas à inteligência arquivística e a aprendizagem organizacional que irão trazer reflexos positivos para o processo de gestão da informação e do conhecimento, cultura e comportamento organizacional (VALENTIM; JORGE; CERETTA-SORIA, 2014; FURTADO; BELLUZO, 2018). A relação entre organização e profissional também irá possibilitar ao ensino-aprendizagem ultrapassar as fronteiras e barreiras que impeçam os seus usuários a tornarem-se cada vez mais independentes e também competentes no uso de seus serviços, garantindo assim, acesso, busca, uso e recuperação do recurso mais valioso que temos nos dias de hoje: a informação. Informação gera conhecimento!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade eminentemente tecnológica estar conectado aos avanços e mudanças proporcionados pelos diferentes contextos científicos e sociais lhe confere um diferencial quando se parte para o segmento profissional. Tal diferencial reflete no campo da competência daquele indivíduo, uma vez que em face de sua busca por aperfeiçoamento, a carga de conhecimento do mesmo resta por potencializar, ampliando assim o seu universo do saber. Com isso, a sua capacidade para resolver tarefas e solucionar problemas se torna maior, bem como, os níveis de segurança em si aumentam e o querer fazer/como fazer tornam-se equações de simples resolução.

Frente a isto, podemos fazer uma alusão à competência em informação na ambiência do arquivista, que com o advento da era pós-custodial e todas as mudanças ocorridas, destarte, compreendidas por nós como benefícios, restou por requerer do profissional, a revisão de suas práticas trabalhistas, assim como por uma sociedade cada vez mais informatizada. Consequentemente, gerou a necessidade de um Arquivista que detenha um perfil eficiente e eficaz principalmente no trato informacional e no manuseio das diversas tecnologias da informação e comunicação, presentes no mercado.

Desta forma, o profissional arquivista deve buscar mecanismos e metodologias que conduzam o usuário da melhor forma na busca e uso da informação. Sendo assim, a observância das publicações recentes sobre a temática competência informacional se constitui um bom *start* para os que têm este anseio, pois os aproximarão dos avanços na área e dos principais teóricos, como alguns utilizados neste trabalho.

Ressaltamos assim, que o olhar voltado para a informação, está sendo verdadeiro insumo para o meio social, bem como no contexto de disputa mercadológica por parte das organizações existentes, pois cada vez mais a informação é vista nesta perspectiva como estratégia de impulsionamento de mercado, atribuindo para aquela empresa vantagem competitiva, além disso, é agente principal no auxílio de tomada de decisões. Desta forma, cumpre destacar que se faz preponderante que as organizações disponibilizem espaços inovadores e intuitivos - tanto físicos como virtuais - para que seus colaboradores desenvolvam suas competências e com isso gerem-se pontos positivos para o crescimento e avanço da mesma.

Registramos a necessidade da intensificação de estudos voltados para a área da competência em informação, principalmente sob a perspectiva da Arquivologia, pois, acreditamos que dessa forma ampliam-se a visão do profissional Arquivista no tocante às práticas da profissão em relação aos usuários, assim como, expande a temática dentro do escopo da arquivística, proporcionando maior consubstanciação da área com a temática e conferindo mais respaldo para os estudiosos da Arquivologia no desenvolvimento de novos estudos e métodos de estudos de usuário da informação.

Partindo para a Arquivologia, entendemos como essencial o advento do paradigma pós-custodial, pois, o mesmo a fez avançar em diversos aspectos: independência disciplinar, ganho de importância (tanto da área como do profissional), e, principalmente sua consolidação como ciência. Todavia, consideramos como salutar a comunidade acadêmica fomentar os estudos na área de competência em informação, por acreditar ser fundamental para aquele que deseja trabalhar na seara informacional, ao emergir, a exigência do mundo globalizado de profissionais cada vez mais habilitados e conscientes do seu papel no meio social.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca e do Livro. 1993.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Information power: building partnerships for learning**. Chicago: ALA, 1998.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2 ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN, 2018. Disponível em: http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRENNAND, E. G. Uma nova política de civilização: a sociedade informacional. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da ciência da informação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 133-139.

BRITO, D. M. **A informação arquivística na Arquivologia pós-custodial**. 2005. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/repositorio/2009/10/pdf_a413d0562d_0006588.pdf. Acesso em: 03 mar 2019.

COELHO, M. M. *et al.* **Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público**. 2008. Disponível em: <https://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7935><https://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7935>. Acesso em: 02 mar 2019.

CORREA, E. C.D.; LUCAS, E.R.O.; MULLER, V.F. Conexão entre Competência em Informação e as disciplinas fontes de informação e serviço de referência: Um mapa conceitual. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16 n. 2 p. 501-521 maio/ago. 2018.

DUCHEIN, M. Archives, archivistes, archivistique: définition et problématique. In: FAVIER, Jean (dir.). **La pratique archivistique française**. Paris, Archives nationales, 1993, p. 19-39.

DUDZIAK, E. A. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2001. Orientadora: Profa. Dra. Sueli Mara S. P. Ferreira.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

DUDZIAK, E. A. Competência Informacional: análise evolucionária das tendências das pesquisas e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n.2, p. 1-22, jul./dez. 2010.

FIDELIS, J. R. F.; BARBOSA, R. R. Competência informacional em comportamentos e valores fundamentais para a Gestão da Informação nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/474/354>. Acesso em: 13 jan. 2019.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, v. 23, n. 2, p. 314-339, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/informacao/article/viewFile/28881/24187>. Acesso em 10 jun. 2020.

FREIRE, G. H. A., FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro. 2002.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAU, J. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para aprendizagem permanente**. IFLA, Boca del Rio, Veracruz, México, 30 de junho, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzo, em julho de 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-gidelines-pt.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

MELO, A. V. C; ARAÚJO, E. A. Competência em informação e Gestão do Conhecimento: uma relação necessária no contexto da Sociedade da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.2, p. 185-201, maio/ago. 2007.

MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

MIRANDA, S. V. **Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais**: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MULLER, M. S. Mudar é preciso. **Informação & Informação**, Londrina, v.0, n.0, p. 42-6, jul./dez. 1995.

OTTONICAR, S. L. C.; SILVA, R. C.; BELLUZZO, R. C. B. A Competência em Informação (CoInfo) como um fator fundamental para a Educação no Brasil. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 23-41, jan./abril.2018.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no Campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59-73, 2011. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887>. Acesso em: 03 maio 2019.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA ANNA, J. A arquivística no universo da ciência da informação: práticas profissionais em Re(construção). **Biblionline**, v. 11, n. 2, p. 5-18, 2016.

SANTOS, R. B. **Competência informacional**: histórico e perspectivas para a sociedade da informação. 2012. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2578/1/2011_RafaelBarcelosSantos.pdf. Acesso em: 04 maio 2019.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, V.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, A. M. Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. **Prisma.com**. n.7, p. 16-43, 2008. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2082/1917>. Acesso em: 04 maio 2019.

SILVA, A. M. **A Informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.com, 2006.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística**: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. 2.ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 2002.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002163/040cbd6cc2829eadee8021a39a98074c/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 22-39, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/82981>. Acesso em: 03 maio 2019.

SIMEÃO, E. L. M. S. *et al.* Estruturação estratégica do campo científico da Competência em Informação no Brasil: integrando redes e instituições. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, v. 12, n. 2, p. 440-453, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/21769/21439>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SUAIDEN, E. J.; OLIVEIRA, C. L. A ciência da informação e um novo modelo educacional: escola digital integrada. SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. (Org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: UnB, p. 97-107, 2006.

TANODI, A. **Manual de Archivologia Hispanoamericana**: teorías y principios. Córdoba: Editora Brujas, 2009.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=sociedade+da+informa%C3%A7%C3%A3o&btnG=. Acesso em: 04 mar. 2019.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n.9, p.16-27, jun. 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>. Acesso em: 28 de fev. 2019.

VALENTIM, M. L. P.; JORGE, C. F. B.; CERETTA-SORIA, M. G. Contribuição da competência em informação para os processos de gestão da informação e do conhecimento. **Em Questão**, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48642>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Artigo recebido em 07/07/2019 e aceito para publicação em 01/06/2020
